

Governo tem projeto próprio de Carta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro Paulo Brossard, da Justiça, apresentará nos próximos dias ao presidente José Sarney uma série de sugestões alternativas ao projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral. Considerado trabalho preliminar, que será depois compatibilizado pela Consultoria-Geral da República, a atuação da equipe jurídica do Ministério significa, segundo Brossard, "a colaboração que se pretende dar ao esforço nacional para dotar o País de uma lei constitucional adequada".

A proposta do Ministério da Justiça trata de capítulos da Constituição referentes à organização do Estado, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. De acordo com Brossard, o objetivo é sugerir um texto que "preserve as conquistas no terreno constitucional alcançadas por Cartas anteriores, como a Constituição de 1946".

O porta-voz da Presidência da República, Antônio Frota Neto, não quis confirmar ontem as indicações de que o Palácio do Planalto já está com estudos avançados para a elaboração de um substitutivo ao projeto de Bernardo Cabral. Apesar do silêncio do porta-voz, fontes do governo garantem que o consultor-geral, Saulo Ramos, já trabalha na formulação do texto alternativo. Ele está sendo ajudado pelo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e pelo deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

Assessores do presidente Sarney dividiam-se, ontem, na avaliação da forma pela qual o Palácio do Planalto pode modificar o perfil do texto de Bernardo Cabral, se através de um substitutivo ou de emenda. Na interpretação do senador Marco Maciel, o regimento não permite a apresentação de substitutivo no plenário da Constituinte. Ele defendeu um acordo partidário para que possa ser oferecida outra proposta, caso o relator não se antecipe nas alterações. Maciel, que esteve no início da noite com o presidente Sarney, criticou o projeto de Cabral, afirmando que ele jamais poderá dar condições a uma Constituição duradoura.

PLENÁRIO

A indicação de que o Planalto está preparando um texto alternativo ao projeto de Constituição provocou ontem vários discursos de protesto no plenário da Constituinte. Os

ânimos ficaram ainda mais exaltados com a proposta do senador José Richa (PMDB-PR) para que a Constituinte suspenda seus trabalhos. Até a Radiobrás foi acusada de utilizar o noticiário das atividades constituintes, no rádio e na televisão, para fazer o jogo do governo.

O deputado José Costa (PMDB-AL) disse que foi "com surpresa" que ouviu, às 7 horas da manhã, o informativo da Radiobrás com críticas do presidente Sarney ao anteprojeto de Bernardo Cabral. Em sua opinião, o material divulgado pela estatal "às vezes é feito para denegrir a imagem da Constituinte". Em uma referência ao programa do dia anterior, ele acrescentou que "dá a impressão que a Constituinte está perdida". Sua conclusão é de que tudo está sendo feito "para preparar o clima para o Planalto apresentar o seu texto constitucional".

O líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), foi mais longe, garantindo ter provas de que Sarney está realmente elaborando um projeto alternativo. O deputado revelou ter recebido a informação de um conselheiro do Tribunal de Contas de seu estado. Em contato com o Palácio do Planalto, o conselheiro foi informado de que o consultor-geral da República, Saulo Ramos, é quem está preparando o trabalho. "Isso é grave", disse Brandão Monteiro, que alertou: "Ou nós fomos eleitos pelo povo, ou viemos aqui para brincar ou esta Constituinte não vale nada".

Já o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) acusou seu próprio partido de estar "conspirando, na calada da noite, contra suas teses e seu programa, traindo suas promessas feitas em praça pública". O atual governo, segundo Hélio Duque, "é tudo, menos novo". A possibilidade do Planalto não considerar o anteprojeto de Cabral "demonstra que o presidente Sarney faz a transição ao contrário, admitindo a tutela verde-oliva".

A Comissão de Sistematização não conseguiu quórum suficiente para decidir, ontem à noite, se os constituintes podem ou não apresentar emendas de mérito ao primeiro anteprojeto do relator Bernardo Cabral. A discussão é sobre se apenas serão aceitas as emendas de adequação. Cabral considera que, no momento, cabem somente emendas de adequação ao anteprojeto compatibilizado. O prazo para apresentação de emendas termina hoje.



Alencar Monteiro

Plenário da Constituinte não consegue quórum para decidir se emendas agora são possíveis

Planalto aceita idéia de suspender a Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney vê com bons olhos a proposta do senador José Richa (PMDB-PR) de suspender temporariamente os trabalhos da Constituinte "para a compatibilização de pontos que não guardam uma unidade de pensamento no anteprojeto preparado pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral". A informação é do porta-voz da Presidência da República, Frota Neto. O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, também defende a suspensão temporária, enquanto Ulysses Guimarães mostra-se contrário à medida, argumentando que "a constituinte não é um problema, é a solução".

Também os senadores João Meneses, líder do PFL, e Afonso Camargo (PMDB) condenaram a proposta de Richa, observando que a existência de uma crise de grandes proporções constitui um fator a mais para que soluções sejam buscadas através de uma nova Constituição.

Mário Covas, ao apoiar a proposta de José Richa, disse que os parlamentares atualmente envolvidos com os trabalhos constituintes teriam com a suspensão temporária, oportunidade para se dedicar ao exame dos problemas conjunturais que estão afetando o País. "A idéia é discutível e tem a sua lógica, pois nós estamos muito voltados para a Constituinte e acabamos ficando sem condições de tratar de outras questões de interesse para o País, acentuou o parlamentar.

O senador peemedebista por São Paulo acha que uma pequena suspensão nas atividades da constituinte, numa fase em que ela entrou em ritmo mais lento devido ao cronograma de trabalho da Comissão de Sistematização, poderia tornar viável o

funcionamento da Câmara e do Senado para o exame e discussão de questões atuais.

A mesma opinião não é compartilhada pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Ele quer, isto sim, acelerar os trabalhos de elaboração da futura Carta, lembrando que muitos de seus dispositivos dependem de regulamentação ordinária, "que poderá ser o remédio para muitos dos problemas sociais e econômicos do País". Ulysses considera, porém, "louvável" a proposta de Richa, mas sustenta que ela não deve ser acatada pelos constituintes, "sob pena de frustrar a opinião pública, que aguarda com ansiedade o final de nossos trabalhos".



Foto Júlio Fernandes
José Richa

Ulysses comentou, ainda, as críticas ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, observando que "todas elas são válidas, já que os constituintes estão abertos para receber contribuições de toda a sociedade para o aprimoramento do texto constitucional". Mas esquivou-se das perguntas sobre o projeto paralelo que o presidente Sarney pretende apresen-

tar pelas suas lideranças no Congresso.

Também os senadores João Meneses (PFL) e Afonso Camargo (PMDB) estão contrários à proposta de suspensão temporária da Constituinte sugerida por Richa. Eles advertiram que qualquer interrupção nos trabalhos constitucionais "seria desastrosa", tendo Camargo afirmado que, "se por causa dos tumultos no Rio de Janeiro interrompe-se a Constituinte por um mês, um outro tumulto de grandes proporções poderia liquidar de vez com ela, o que não faz o menor sentido". Para os dois senadores, os problemas emergenciais que dizem respeito à administração do País devem ser atacados em outro ritmo e em outro plano.

O autor da proposta de suspensão da Constituinte, senador José Richa, declarou-se ontem muito preocupado com o "excesso de demanda" da sociedade, observando que, se houver mais radicalização, a Constituinte pode implodir ou produzir uma Constituição muito ruim. Por isso mesmo, argumenta, é que está propondo a convocação extraordinária do Congresso — em recesso desde ontem — para discutir e equacionar a crise econômico-social do País.

O ex-governador do Paraná sugeriu que as lideranças partidárias examinassem a conveniência ou não da suspensão da Constituinte por um curto espaço de tempo. E frisou: "Enquanto a sociedade se mostrar cada vez mais reivindicante, participando de tumultos e agitações nas ruas, nós, os constituintes, estamos virando as costas à crise, dando atenção apenas à tarefa de discutir a nova Constituição. Penso que a sociedade não espera só isso de seus representantes". Mas esclareceu que apenas levantou uma hipótese, para exame e decisão das lideranças, não tendo encaminhado nenhuma proposta formal.

Cabral não vai aceitar substitutivo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse ontem que não vai aceitar nenhum substitutivo que chegar às suas mãos, "seja de quem for", mas reconheceu o direito do governo de apresentar propostas à Constituinte, desde que respeite o jogo democrático, ou seja, que as faça por meio de seu líder na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

Bernardo Cabral negou que tenha sido chamado pelo presidente Sarney para discutir o anteprojeto que elaborou, ou que se tenha encontrado com o consultor-geral da República, Saulo Ramos, pelo mesmo motivo.

O relator considera normal a participação do governo na Constituinte, intermediada por Carlos Sant'Anna, mas garante que somente aceitará as contribuições que chegarem às suas mãos em emendas separadas, pois, em conjunto, elas formarão um substitutivo, que não será aceito. Ele está irritado com as críticas que seu anteprojeto vem sofrendo por parte de constituintes, membros do governo e da imprensa, e voltou a afirmar que também não está satisfeito com o trabalho realizado porque não pode apresentar nenhuma inovação; teve, apenas, de compatibilizar o que foi aprovado nas comissões temáticas. No seu modo de ver, até mesmo o trabalho pessoal que realizou com o material da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, ateu-se ao que foi apresentado na fase das três subcomissões originais.

O relator da Comissão de Sistematização garantiu que está "zero quilômetro", depois de ter se submetido, ontem à tarde, a exames cardiológicos. Ele sentiu-se mal na noite de terça-feira e teve diagnosticado um princípio de estafa.

Emendas ao anteprojeto só até meia-noite

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Termina hoje, à meia-noite, o prazo para apresentação de emendas de adequação ao primeiro anteprojeto de Constituição elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), com base nos pareceres das sete comissões constitucionais temáticas e mais o parecer, feito também por Cabral, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Até ontem haviam sido apresentadas cerca de 900 emendas.

O deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) destacou-se dentre os colegas constituintes pelo grande número de emendas — cerca de 80 — nessa primeira fase de elaboração da Constituição, uma delas procurando anexar o território federal de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco. A criação de estados chamou a atenção de mais dois constituintes: o deputado Renato Vianna (PMDB-SC) e o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), ambos pretendendo acabar com ela.

A maioria das emendas apresentadas à Comissão de Sistematização desde domingo diz respeito a alterações no conteúdo do anteprojeto, ou seja, são emendas de mérito, entendidas pelo relator como matérias fora do regimento. Segundo Cabral, nessa primeira fase não cabem emendas de mérito, mas apenas de adequação do texto que ele elaborou com base nos pareceres das comissões constitucionais temáticas.

Entre as emendas apresentadas até ontem à noite, há uma do líder do PDS na Câmara, Amarel Neto (RJ), com um assunto no qual ele insiste desde as eleições do ano passado: o estabelecimento da pena de morte no Brasil.

Os empresários tentam garantir livre iniciativa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Um grupo de empresários paulistas defendeu ontem, em almoço com o presidente do PFL, senador Marco Maciel, a conveniência de serem preservados na futura Constituição os mecanismos que regem a livre empresa. Os empresários reivindicaram também medidas que assegurem produtividade compatível com o ritmo de crescimento de uma economia estável e estimulem uma taxa de ocupação de mão-de-obra elevada. Entre os presentes estavam o presidente da Fiesp, Mário Amato, o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi, o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abraham Szajam, o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes, e o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo.

O senador Marco Maciel, por sua vez, fez uma ampla avaliação do atual estágio de elaboração da nova Carta e suas perspectivas, abordando inclusive temas ligados à estabilidade no emprego e à jornada de trabalho semanal de 40 horas.

Diante da preocupação dos empresários com alguns aspectos da Constituição, e de Maciel com o fato de em exatamente cinco meses nada mais existir além de um esboço com mais de 500 artigos e 2.200 preceitos, não raro desconexos, aumentaram as especulações de que o presidente da República poderá intervir no processo de redação da Constituição, por meio de determinadas lideranças políticas. Segundo Maciel, o fato de Sarney ser brasileiro, cidadão, presidente de honra do PMDB e do PFL lhe dá esse direito.

Embora ainda não haja definições quanto às mudanças a serem tentadas, o presidente do PFL admite que poderão vir a acontecer alterações nos termos em que, neste momento, está sendo posta a questão do sistema de governo, com o parlamentarismo evoluindo para um "presidencialismo mitigado", paralelamente ao fortalecimento do Congresso, com o restabelecimento de todas as suas prerrogativas históricas.

Ainda que discordando de alguns aspectos fundamentais do Plano Bresser, notadamente o congelamento de preços, os empresários concordaram em que alguma coisa precisava ser feita com vistas ao reordenamento das atividades econômico-financeiras, diante da perplexidade geral pela falta de controle no setor. A dificuldade de concretização de um pacto social — em tese a solução ideal — levou Maciel a explicar aos representantes do empresariado paulista que, sendo político e lidando com realidades concretas, não vê senão "outra alternativa mais modesta, porém não menos importante no momento em que se busca assegurar a permanência dos avanços democráticos conquistados em passado recente", ou seja, um pacto político. Ontem, Maciel deu outro passo, embora modesto, nesse sentido, ao iniciar entendimentos com o Partido Socialista Brasileiro, durante encontro com o senador Jamil Haddad — o PSB tem dois representantes na Constituinte e tem se mantido fiel à aliança de esquerda.



Marco Maciel

Como mandar propostas ao Congresso

Quem tiver uma boa idéia para o texto da futura Constituição, no momento em exame na Assembléia Nacional Constituinte, poderá formalizá-la, como emenda ao projeto da Carta, desde que conte com o apoio e, naturalmente, as assinaturas de 30 mil pessoas, no período de 17 de julho a 18 de agosto.

Os 30 mil signatários de uma emenda popular devem ser eleitores e, além da assinatura de cada um deles, é preciso escrever o nome legível, o endereço residencial e os dados identificadores do título eleitoral, com o número, zona eleitoral, seção em que vota e o nome do município. Cada lista, com as 30 mil assinaturas, deverá versar sobre um único assunto, independentemente do número de artigos. Isto quer dizer que uma emenda que trate, por exemplo, da distribuição de impostos entre a União, os Estados e os municípios, não pode, ao mesmo tempo, num outro artigo, cuidar do problema da educação, de saúde, de habitação etc.

A Comissão de Sistematização, que vai examinar as emendas populares, informa que um mesmo eleitor não poderá subscrever mais de três dessas sugestões.

Outra exigência importante: a emenda popular, submetida por 30 mil eleitores, deve ser organizada em listas de iniciativa de, no mínimo, três entidades associativas, legalmente constituídas, as quais se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas.

Assim, ao assinar uma lista ou ao levar uma idéia a uma dessas entidades, como o seu clube social ou o sindicato a que o eleitor pertença, não se deve esquecer que é necessário o apoio de três entidades iguais a sua.

Para facilitar a tarefa de encaminhamento da emenda popular, na Comissão de Sistematização, a Assembléia Nacional Constituinte está pedindo que as assinaturas sejam numeradas, na ordem crescente, de 1 a 30 mil.

Quando as listas estiverem prontas, as assinaturas enumeradas e os dados indicativos, a emenda já poderá ser encaminhada à Assembléia Nacional Constituinte, por meio de ofício endereçado a seu presidente, constituindo Ulysses Guimarães, e protocolada na Comissão de Sistematização.

Depois de verificar se todas as exigências foram cumpridas, a comissão convocará uma reunião extraordinária até 48 horas após a apresentação da emenda.

ASSUNTO

Se por acaso a emenda popular coincidir, em seus objetivos e definições, com emenda de igual teor, apresentada por um constituinte, cujo conteúdo tenha sido anteriormente incluído nos anteprojeto das comissões temáticas, ainda assim será considerada como verificada e recebida, podendo um de seus signatários (indicado na lista de 30 mil eleitores) discutir a matéria, numa reunião plenária, pelo espaço de 20 minutos.

A emenda popular terá a mesma tramitação das demais emendas. E, se receber parecer contrário da comissão, será considerada prejudicada e irá ao arquivo, a menos que venha a ser subscrita por um constituinte, caso em que irá a plenário no elenco das emendas com parecer contrário.



Juizes temem que haja "subversão institucional"

RIO
AGÊNCIA ESTADO

A Associação dos Magistrados do Rio enviou telegramas a todos os governadores e constituintes, com um alerta: haverá grande rombo nos cofres públicos se for aprovada em definitivo a decisão da Comissão da Organização de Poderes de equiparar os salários dos defensores públicos, promotores e procuradores dos estados aos juizes. Além disso, a associação está preocupada com a "subversão institucional que representa a proposta, deteriorando o Poder Judiciário", ao estender aos membros do Ministério Público as prerrogativas de vitaliciedade, irredutibilidade de salários e inamovibilidade.

Segundo o juiz Eduardo Mayr, da 3ª Vara Criminal, somente no Rio três mil integrantes do Ministério Público — funcionários estaduais — seriam beneficiados. Em todo o País, 25 mil. Mayr ainda argumentou que, com a extensão ao Ministério Público das prerrogativas até exclusivas dos juizes, os processos vão emperrar ainda mais. "Imagine-se, por algum motivo, um juiz tem algum desentendimento pessoal com um promotor. Se os dois forem inamovíveis (não podendo ser transferidos), como querem os constituintes, haverá um impasse eterno nos processos, com duas autoridades. O ato de decidir (do juiz) estará equiparado ao de pedir (do promotor)."

SIDE BY SIDE FROST FREE É NO

G. ARONSON
O INIMIGO Nº 1 DOS PREÇOS ALTOS

3 VEZES SEM JUROS

White-Westinghouse
A liberdade de escolher melhor